



SES-GO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE GOIÁS

**CATEGORIA III - GRADUAÇÃO EM QUALQUER ÁREA,
COM ESPECIALIZAÇÃO NA ÁREA DE SAÚDE**

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Redação Discursiva
- ▶ Realidade Étnica, Social, Histórica, Geográfica, Cultural, Política e Econômica do Estado de Goiás
- ▶ Direito Constitucional
- ▶ Raciocínio Lógico-Matemático
- ▶ Informática
- ▶ Conhecimentos Específicos
- ▶ Direito Administrativo (On-line)
- ▶ Administração Pública (On-line)



Conteúdo de acordo
com o Edital
Questões gabaritadas
da banca - IADES

DE ACORDO COM O EDITAL Nº 1/2026

Secretaria do Estado da Saúde de Goiás

SES-GO

**Categoria III: Graduação em qualquer área,
com especialização na área de Saúde**

APRESENTAÇÃO

Se você tem este livro em mãos, é porque está construindo sua jornada rumo à tão sonhada aprovação com compromisso e dedicação.

A Editora Nova Concursos será sua maior aliada neste percurso, oferecendo um material de qualidade que será seu guia de estudos.

Nosso livro foi elaborado com a experiência de professores renomados, especialistas em concursos públicos, somada à organização e dedicação do nosso time editorial.

O conteúdo programático do edital foi criteriosamente analisado para abordar todos os temas cobrados em um sumário que foi pensado para te apresentar uma sequência lógica; isso facilitará a compreensão do conteúdo cobrado para o cargo da Categoria III: Graduação em qualquer área, com especialização na área de Saúde de acordo com o Edital nº 01/2026, do Secretaria do Estado da Saúde de Goiás - SES-GO.

Para complementar seus estudos e auxiliar sua memorização, ao decorrer da teoria você encontrará recursos como boxes Importante e Dica, com macetes valiosos selecionados para otimizar seu tempo; para um planejamento completo, ao final de todas as disciplinas apresentamos a seção Hora de Praticar, com questões gabaritadas da banca IADES, organizadora contratada para a realização do certame para que você pratique a teoria e já conheça o perfil da banca.

Para sua preparação acesse os conteúdos complementares disponíveis on-line para este livro em nossa plataforma: Conteúdo de Direito Administrativo, Informática e Conhecimentos Específicos disponíveis em PDF para download. Para acessar, basta seguir as orientações na próxima página.

Este material é um verdadeiro diferencial, pois proporciona uma abordagem completa e especializada que irá te guiar até o sucesso.

Vamos juntos rumo à aprovação!



AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE **DEMONSTRAÇÃO**

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE ADQUIRIR A VERSÃO COMPLETA?

- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

**GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO
MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!**

QUERO MATERIAL COMPLETO!

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	11
■ COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS.....	11
■ DOMÍNIO DA ORTOGRAFIA OFICIAL.....	14
■ RECONHECIMENTO DE TIPOS E GÊNEROS TEXTUAIS.....	16
■ DOMÍNIO DA ESTRUTURA MORFOSSINTÁTICA DO PERÍODO	25
RELAÇÕES DE COORDENAÇÃO ENTRE ORAÇÕES E ENTRE TERMOS DA ORAÇÃO	32
RELAÇÕES DE SUBORDINAÇÃO ENTRE ORAÇÕES E ENTRE TERMOS DA ORAÇÃO	33
CONCORDÂNCIA VERBAL E NOMINAL.....	38
■ EMPREGO DAS CLASSES DE PALAVRAS	44
Colocação dos Pronomes Átonos	54
EMPREGO DE TEMPOS E MODOS VERBAIS	54
■ EMPREGO DOS SINAIS DE PONTUAÇÃO	61
■ EMPREGO DO SINAL INDICATIVO DE CRASE.....	65
■ DOMÍNIO DOS MECANISMOS DE COESÃO TEXTUAL.....	67
EMPREGO DE ELEMENTOS DE REFERENCIAÇÃO, SUBSTITUIÇÃO E REPETIÇÃO, DE CONECTORES E DE OUTROS ELEMENTOS DE SEQUENCIAÇÃO TEXTUAL.....	67
■ REESCRITA DE FRASES E PARÁGRAFOS DO TEXTO	72
SIGNIFICAÇÃO DAS PALAVRAS.....	72
SUBSTITUIÇÃO DE PALAVRAS OU DE TRECHOS DE TEXTO; REORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA DE ORAÇÕES E DE PERÍODOS DO TEXTO; REESCRITA DE TEXTOS DE DIFERENTES GÊNEROS E NÍVEIS DE FORMALIDADE.....	74
■ CORRESPONDÊNCIA OFICIAL.....	78
MANUAL DE REDAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: ASPECTOS GERAIS DA REDAÇÃO OFICIAL, FINALIDADE DOS EXPEDIENTES OFICIAIS, ADEQUAÇÃO DA LINGUAGEM AO TIPO DE DOCUMENTO E ADEQUAÇÃO DO FORMATO DO TEXTO AO GÊNERO.....	78
REDAÇÃO DISCURSIVA.....	119
■ INTRODUÇÃO À REDAÇÃO DISCURSIVA.....	119

REALIDADE ÉTNICA, SOCIAL, HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DO ESTADO DE GOIÁS	147
■ ASPECTOS DA HISTÓRIA POLÍTICA E SOCIAL DE GOIÁS.....	147
O Povoamento Branco e os Grupos Indígenas	151
Formação Econômica de Goiás: A Mineração no Século XVIII	152
A INDEPENDÊNCIA EM GOIÁS.....	155
A Agropecuária Nos Séculos XIX e XX, a Estrada de Ferro e a Modernização da Economia Goiana	156
A ESCRAVIDÃO	156
As Oligarquias	157
O Coronelismo na República Velha.....	158
A REVOLUÇÃO DE 1930 E A ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA DE 1930 ATÉ OS DIAS ATUAIS	160
As Transformações Econômicas com a Construção De Goiânia.....	160
AS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS COM A CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA: INDUSTRIALIZAÇÃO, INFRAESTRUTURA E PLANEJAMENTO.....	162
A CULTURA POPULAR E CULTURA NEGRA	164
OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO	165
■ ASPECTOS FÍSICOS DO TERRITÓRIO GOIANO.....	166
As Regiões Goianas e as Desigualdades Regionais.....	169
Clima.....	170
Vegetação.....	172
Relevo	172
Hidrografia.....	173
A População Goiana: Povoamento, Movimentos Migratórios E Densidade Demográfica	175
Modernização da Agricultura e Urbanização do Território Goiano.....	178
ECONOMIA GOIANA: INDUSTRIALIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO	179
■ ATUALIDADES ECONÔMICAS, POLÍTICAS E SOCIAIS DO ESTADO DE GOIÁS	182
DIREITO CONSTITUCIONAL	189
■ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.....	189
APLICABILIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS.....	197
Normas de Eficácia Plena	198
Normas de Eficácia Contida	198
Normas de Eficácia Limitada	199

NORMAS PROGRAMÁTICAS	199
■ DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS	202
DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS	203
DIREITOS SOCIAIS.....	224
DIREITOS DE NACIONALIDADE	232
DIREITOS POLÍTICOS	234
PARTIDOS POLÍTICOS.....	237
■ CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS.....	241
DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	242
Poder Legislativo	242
Poder Executivo	243
PODER JUDICIÁRIO	245
DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL: DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO	262
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	267
■ EVOLUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: MODELOS PATRIMONIALISTA, BUROCRÁTICO E GERENCIAL.....	267
■ NOVA GESTÃO PÚBLICA	270
■ GOVERNANÇA PÚBLICA	271
■ GESTÃO POR RESULTADOS.....	273
■ PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NO SETOR PÚBLICO	275
■ INDICADORES DE DESEMPENHO	281
■ POLÍTICAS PÚBLICAS: CONCEITO, TIPOLOGIA E CICLO (FORMULAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO).....	284
■ PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO PÚBLICO: PLANO PLURIANUAL (PPA), LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO) E LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA).....	290
■ PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS	292
■ CICLO ORÇAMENTÁRIO	295
■ RECEITA PÚBLICA: CONCEITOS, CLASSIFICAÇÃO E ESTÁGIOS.....	298
■ DESPESA PÚBLICA: CONCEITOS, CLASSIFICAÇÃO E ESTÁGIOS	303
■ RESTOS A PAGAR E DÍVIDA PÚBLICA	307

■ LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000 (LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL): PRINCÍPIOS, LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL, CONTROLE, TRANSPARÊNCIA E RESPONSABILIDADE NA GESTÃO FISCAL.....	310
■ GESTÃO DE PESSOAS NO SETOR PÚBLICO	335
REGIMES JURÍDICOS	335
PROVIMENTO E VACÂNCIA.....	335
DIREITOS E DEVERES DOS SERVIDORES	336
ESTÁGIO PROBATÓRIO E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO	336
ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO.....	336
■ CONTROLE, TRANSPARÊNCIA E ACCOUNTABILITY: ATUAÇÃO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS.....	336
PRESTAÇÃO DE CONTAS.....	338
TRANSPARÊNCIA PÚBLICA.....	339
PARTICIPAÇÃO SOCIAL	339
■ ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO ESTADO DE GOIÁS	344
ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA ESTADUAL.....	345
COMPETÊNCIAS CONSTITUCIONAIS.....	347
PLANEJAMENTO	348
ORÇAMENTO	348
CONTROLE INTERNO E EXTERNO.....	348
■ TEMAS CONTEMPORÂNEOS EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	349
INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO	349
GOVERNO DIGITAL	351
DESBUROCRATIZAÇÃO, SUSTENTABILIDADE, INTEGRIDADE, COMPLIANCE E GOVERNANÇA PÚBLICA.....	352
RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO	359
■ CONJUNTOS NUMÉRICOS E OPERAÇÕES COM CONJUNTOS.....	359
OPERAÇÕES, PROPRIEDADES E APLICAÇÕES: SOMA, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO E DIVISÃO	359
Números Naturais.....	359
NÚMEROS INTEIROS.....	359
NÚMEROS RACIONAIS.....	361

IRRACIONAIS	363
NÚMEROS REAIS	365
■ POTENCIAÇÃO E RADICIAÇÃO	365
■ PRINCÍPIOS DE CONTAGEM E PROBABILIDADE.....	370
PERMUTAÇÕES	371
ARRANJOS.....	372
COMBINAÇÕES.....	373
■ RAZÕES E PROPORÇÕES.....	380
Grandezas Diretamente Proporcionais.....	381
Grandezas Inversamente Proporcionais	382
REGRAS DE TRÊS SIMPLES.....	383
REGRAS DE TRÊS COMPOSTAS.....	385
PORCENTAGEM	387
■ EQUAÇÕES E INEQUAÇÕES	389
■ SISTEMAS DE MEDIDAS.....	396
■ VOLUMES.....	399
■ COMPREENSÃO DE ESTRUTURAS LÓGICAS.....	405
■ LÓGICA DE ARGUMENTAÇÃO.....	409
ANALOGIAS.....	409
INFERÊNCIAS.....	409
DEDUÇÕES	409
CONCLUSÕES	409
■ DIAGRAMAS LÓGICOS	410

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS

INTRODUÇÃO

A interpretação e a compreensão textual são aspectos essenciais a serem dominados por aqueles candidatos que buscam a aprovação em seleções e concursos públicos. Trata-se de um assunto que abrange questões específicas e de conteúdo geral nas provas. Conhecer e dominar estratégias que facilitem a apreensão desse assunto pode ser o grande diferencial entre o quase e a aprovação.

Além disso, seja a compreensão textual, seja a interpretação textual, ambas guardam uma relação de proximidade com um assunto pouco explorado pelos cursos de português: a **semântica**, que incide seus estudos sobre as relações de sentido que a forma linguística pode assumir.

Portanto, neste material, você encontrará recursos para solidificar seus conhecimentos sobre interpretação e compreensão textual, associando a essas temáticas as relações semânticas que permeiam o sentido de todo amontoado de palavras, tendo em vista que qualquer aglomeração textual é, atualmente, considerada texto e, dessa forma, deve ter um sentido que precisa ser reconhecido por quem lê.

Assim, vamos começar nosso estudo fazendo uma breve diferença entre os termos **compreensão** e **interpretação** textual.

Para muitos, essas palavras expressam o mesmo sentido, mas, como pretendemos deixar claro neste material, ainda que existam relações de sinonímia entre palavras do nosso vocabulário, a opção do autor por um termo em vez de outro reflete um sentido que deve ser interpretado no texto, uma vez que a **interpretação** realiza ligações com o texto a partir das ideias que o leitor pode concluir com a leitura.

Já a **compreensão** busca a análise de algo exposto no texto e, geralmente, é marcada por uma palavra ou expressão, apresentando mais relações semânticas e sintáticas. A compreensão textual estipula aspectos linguísticos essencialmente relacionados à significação das palavras e, por isso, envolve uma forte ligação com a semântica.

Sabendo disso, é importante separarmos os conteúdos que tenham mais apelo **interpretativo** ou **compreensivo**. Esses assuntos completam o estudo basilar de semântica com foco em provas e concursos, sempre visando à sua aprovação.

INFERÊNCIA – ESTRATÉGIAS DE INTERPRETAÇÃO

A inferência é uma relação de sentido conhecida desde a Grécia Antiga e que embasa as teorias sobre interpretação de texto.

Dica

Interpretar é buscar ideias e pistas do autor do texto nas linhas apresentadas

Porém, apesar de aparentemente parecer algo subjetivo, há “regras” para se buscar essas pistas.

A primeira e mais importante delas é identificar a orientação do pensamento do autor do texto, que fica perceptível quando identificamos como o raciocínio dele foi exposto: se de maneira mais racional, a partir da análise de dados e informações com fontes confiáveis, ou se de maneira mais prática, partindo dos efeitos e das consequências, a fim de identificar as causas.

Por isso, é preciso compreender como podemos interpretar um texto mediante estratégias de leitura. Neste material, selecionamos as estratégias mais eficazes, que podem contribuir para sua aprovação em seleções que avaliam a competência leitora dos candidatos. A partir disso, selecionamos estratégias de leitura que foquem nas formas de inferência sobre um texto.

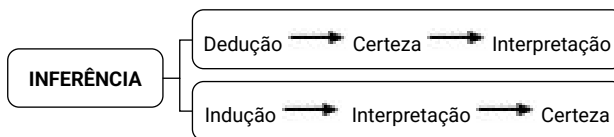
Dessa forma, é fundamental identificar como ocorre o processo de **inferência**, que se dá por **dedução** ou por **indução**. Para entender melhor, veja este exemplo:

O marido da minha chefe parou de beber.

Observe que é possível inferir várias informações. A primeira é que a chefe do enunciador é casada (informação comprovada pela palavra “marido”); a segunda é que o enunciador está trabalhando (informação comprovada pela expressão “minha chefe”); e a terceira é que o marido da chefe do enunciador bebia (informação comprovada pela expressão “parou de beber”). Note que há pistas contextuais do próprio texto que induzem o leitor a interpretar essas informações.

Tratando-se de interpretação textual, os processos de inferência, sejam por dedução ou por indução, partem de uma certeza prévia para a construção de uma interpretação, elaborada a partir das pistas oferecidas no texto, articuladas com as informações acessadas pelo leitor.

A seguir, apresentamos uma figura que representa como ocorre a relação desses processos:



A partir desse esquema, conseguimos visualizar melhor como o processo de interpretação ocorre. Agora, detalharemos esse processo, reconhecendo as estratégias que compõem cada maneira de inferir informações de um texto. Por isso, apresentaremos, nos tópicos seguintes, como usar estratégias de cunho dedutivo e indutivo e, ainda, como articular a isso o nosso conhecimento de mundo na interpretação de textos.

A INDUÇÃO

As estratégias de interpretação que observam métodos indutivos analisam as “pistas” que o texto oferece e, posteriormente, reconhecem alguma certeza na interpretação. Dessa forma, é fundamental buscar uma ordem de eventos ou processos ocorridos no texto, que variam conforme o tipo textual.

REDAÇÃO DISCURSIVA

INTRODUÇÃO À REDAÇÃO DISCURSIVA

Neste material, vamos trabalhar a redação discursiva. Você estudará algumas características inovadoras no conceito de produção de textos para quem quer atingir um melhor resultado em provas que exijam do candidato a habilidade de produzir um texto.

Aqui, serão apresentados os aspectos gerais da redação discursiva em sua estrutura textual, bem como todos os passos para a sua produção com eficiência. Porém, antes de iniciarmos, é importante dar atenção às dúvidas que geralmente são apresentadas pelos alunos para que se possa dar solução aos principais problemas que eles relatam.

DÚVIDAS FREQUENTES QUANTO À REDAÇÃO PARA CONCURSOS PÚBLICOS

Por que é tão difícil produzir um texto eficiente?

Sempre se ouvem os temores de alunos quanto às provas que cobram dos candidatos habilidades na produção de questões discursivas. Alguns dizem se sentirem tão despreparados que terminam por desistir dos concursos que trazem a redação como critério de classificação.

Tem de se reconhecer que o hábito de escrever não está na prática do cotidiano da maioria das pessoas e que, hoje em dia, quando se dispõem a fazê-lo, exercitam essa habilidade normalmente em ambientes virtuais, como sites de comunicação e elaboração de e-mails. Nesses expedientes, ocorre o que chamam de “pacto da mediocridade” (sem intenção ofensiva), que caracteriza a postura displicente de como se escreve e a aceitação mútua de erros e desvios da norma culta escrita: “ele escreve errado, mas eu aceito para não ser cobrado por ele da mesma forma quando errar”. Usam-se imagens, símbolos gráficos, abreviações que mais se assemelham a códigos criptografados do que à própria língua portuguesa.

O maior problema é que isso gera um reforço negativo: treina-se uma escrita que não promove a prática ideal da comunicação verbal normatizada. O resultado é que, quando ocorre a exigência da produção escrita, a prática que se tem não promove a eficiência nessa categoria de comunicação.

Como, em pouco tempo, desenvolver a habilidade da escrita em quem tem dificuldade de passar para o papel o que tem na sua cabeça?

Inicialmente, em um procedimento tradicional de produção de textos, começa-se pela apresentação de exemplos de textos bem escritos, mostra-se sua estrutura, apresentam-se as partes que o compõem.

Depois disso, inicia-se a identificação dessas partes e de como elaborá-las separadamente: como se constrói um parágrafo; quais são as fases de sua elaboração; quais são os diferentes tipos de parágrafos.

Também é mostrado como podem ser os parágrafos que introduzem, desenvolvem e concluem um texto dissertativo. E só depois de exercitar esses primeiros procedimentos é que se passa à produção de um trabalho completo, buscando a eficiência do todo por intermédio do agrupamento de cada uma das partes estudadas até a formação de um bloco contínuo e completo.

O truncamento desse trabalho ocorrerá certamente se o aprendiz não se dispuser a praticar esses conceitos. É aí que começa a frustração dos potenciais autores, pois muitas vezes só vão tentar praticar a escritura da sua redação após terem terminado o estudo do livro didático e sentem muita dificuldade no momento do agrupamento, isto é, de fazer virar o todo aquilo que aprendeu a fazer por partes. Se o resultado não for satisfatório, eles simplesmente assumirão a dificuldade como uma inabilidade pessoal.

Como proposta de solução para essa dificuldade, vamos partir de um princípio inverso em que se começa da materialização do texto eficiente, satisfazendo os anseios dos nossos alunos: começamos pelo **todo** para depois estudarmos as **partes**.

Esse trabalho consiste na elaboração de máscaras de redação, o que proporciona um ponto de partida concreto na produção de redações eficientes a partir de modelos prontos e que poderão ser reproduzidos e adaptados para qualquer tema proposto pela banca organizadora do concurso, respeitando ainda o caráter da originalidade e da criatividade de cada autor.

As máscaras de redação garantem a eficácia sobre os principais quesitos exigidos pelas bancas organizadoras dos critérios de correção dos textos, tais como progressão textual e sequencialização, coesão e, conseqüentemente, coerência, além de atender naturalmente à estrutura própria dos textos dissertativos.

Outro ponto importante é o de permitir ao candidato uma projeção bem aproximada da extensão do seu texto em número de linhas.

Essa proposta também tem a finalidade de desenvolver uma maior agilidade na projeção e na construção da redação, otimizando o tempo de sua elaboração durante a prova.

Qual o peso ou a importância da redação em um concurso público?

O peso da redação é muito grande, por isso, ela faz a diferença na aprovação. Nos concursos atuais, a redação tornou-se o passaporte para o ingresso em grande parte das carreiras públicas, pois de nada vale um resultado positivo na prova objetiva se não obtiver sucesso em sua redação.

Os candidatos costumam dedicar seu tempo de estudos à prova objetiva e deixar a redação por último. Na maioria das vezes, passam naquela e reprovam nesta. Não dá para subestimar a redação, é preciso exercitar sempre.

O que conta mais para um bom resultado: ter bons conhecimentos sobre o assunto apresentado na proposta ou ter bons conhecimentos em língua portuguesa?

Em verdade, os dois aspectos são equivalentes em importância. No que diz respeito aos conhecimentos de língua portuguesa, estamos referindo-nos à estrutura e

DIREITO CONSTITUCIONAL

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Genericamente, é possível descrever o Estado como a organização de um povo sobre determinado território, dotado de soberania. Portanto, percebe-se que existem elementos necessários à existência de um Estado: o povo, a soberania e o território.

Nesse sentido, todo Estado precisa de uma forma de organização, que deve ser orientada de maneira soberana para atingir um conjunto de finalidades.

O conjunto de regras que organiza o Estado é estabelecido por meio de uma constituição, sendo que todo Estado tem a sua, seja na forma de um texto formal ou baseada em costumes, com o objetivo de estruturar a organização do povo em seu território.

O CONSTITUCIONALISMO

O constitucionalismo pode ser descrito como um movimento político, jurídico e ideológico, que se originou com a ideia de estruturação do Estado, estabelecendo limites ao exercício do poder político, sendo vedada a utilização indevida para prevenir abusos.

Baseia-se na ideia de limitar o poder do Estado, garantindo a proteção das liberdades e dos direitos individuais. Isso assegura ao indivíduo limitações relacionadas com os direitos e as garantias fundamentais, que devem ser observadas pelo Estado, além da separação das funções estatais e do exercício do poder político, conforme o princípio do governo limitado.

O movimento mencionado tem origem antiga, e alguns estudiosos defendem que surgiu na sociedade hebraica, com a separação de um líder do restante do povo, orientada pelos dogmas religiosos.

Como exemplo de constitucionalismo antigo, podemos observar países como a Grécia, onde já havia participação do povo nas decisões. Já na Inglaterra, o chamado *rule of law* (governo das leis) contribuiu com ideias fundamentais para o constitucionalismo. Embora na Idade Média não existisse uma constituição escrita, havia documentos que já regiam as populações e suas normas.

Entretanto, foi apenas no século XVIII que o movimento constitucionalista ganhou força, impulsionado pela burguesia e pela busca pela garantia das liberdades individuais, visando à livre circulação de mercadorias.

Nesse período, a prioridade passou a ser a segurança jurídica, tanto no direito privado quanto no direito público, além do surgimento das primeiras constituições escritas.

Conforme preleciona Moraes (2011), a origem formal do constitucionalismo está ligada à Constituição escrita dos Estados Unidos, após a independência das 13 colônias.

Já segundo Lenza (2020), o constitucionalismo também se fortaleceu a partir da Revolução Francesa, inspirada nos ideais iluministas do século XVIII.

Dica

O Iluminismo foi um movimento cultural e intelectual europeu, fundado na exaltação da razão, fazendo oposição às monarquias absolutistas na luta pelos direitos do homem.

Inicialmente, o conteúdo das primeiras constituições escritas era formado pelo estabelecimento de regras referentes à organização, ao exercício de poder, à limitação do poder do Estado e aos direitos e garantias fundamentais.

A partir do século XXI, com o desenvolvimento e a evolução, o constitucionalismo passou a ser protetor dos direitos humanos. Nesse momento, busca-se maior efetividade da constituição, período denominado **neoconstitucionalismo**.

Segundo Lenza (2020), nesse período, o objetivo do constitucionalismo não é somente a ideia de limitação do poder político, mas, sim, a busca pela **eficácia** da constituição, visando à efetividade dos direitos ali contidos, sobretudo na expectativa de concretização dos direitos fundamentais.

	CONSTITUCIONALISMO ANTIGO	CONSTITUCIONALISMO MODERNO	CONSTITUCIONALISMO CONTEMPORÂNEO
Origem	Originado do povo hebreu, com a separação de um líder (historicamente denominado juiz) do restante da comunidade	Surgimento das primeiras constituições escritas	Neoconstitucionalismo – com a proteção dos direitos humanos, houve a valorização da dignidade da pessoa humana

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Prezado(a) estudante,

Com o intuito de oferecer o material o mais completo e didático possível, optamos por não repetir aqui o conteúdo referente a:

- Estado, governo e administração pública: conceitos, diferenças e finalidades;
- Administração pública direta e indireta;
- Centralização, descentralização, desconcentração e delegação;
- Princípios da administração pública previstos no art. 37 da Constituição Federal;
- Poderes administrativos: poder hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia;
- Atos administrativos: conceito, requisitos, atributos, classificação, invalidação e convalidação.
- Organização administrativa: administração direta; administração indireta (autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista); consórcios públicos; agências reguladoras e executivas;
- Controle da administração pública: controle interno, externo e social;
- Licitações e contratos administrativos: princípios, Lei nº 14.133/2021, fases da licitação, modalidades, critérios de julgamento, contratos administrativos, gestão e fiscalização contratual;
- Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

Neste contexto, é importante ressaltar que ambos assuntos serão amplamente abordados na disciplina de Direito Administrativo.

Cordialmente,

Nova Concursos.

EVOLUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: MODELOS PATRIMONIALISTA, BUROCRÁTICO E GERENCIAL

O 1º tema a ser enfrentado é a evolução dos modelos teóricos de Administração Pública no contexto brasileiro. Após o entendimento de como o gerenciamento da máquina pública evoluiu, vamos nos aprofundar na convergência entre a gestão pública e a gestão privada, e finalizaremos com a excelência da prestação do serviço público.

Como já visto no 1º tópico desta disciplina, é importante relembrar a relação entre o Direito Administrativo e a ciência da Administração. Esta consiste no estudo das técnicas e ferramentas para melhor planejar, organizar, dirigir e controlar a gestão pública. Por outro lado, o Direito Administrativo é responsável

por definir os limites nos quais a ciência da administração pode ser válida no âmbito governamental.

A evolução dos modelos teóricos de administração pública é assunto interessantíssimo, interligando o conhecimento da história política brasileira com os conceitos inerentes à administração.

Dentro de uma perspectiva histórico-evolutiva, percebemos 3 diferentes modelos de administração pública implantados no Brasil em diferentes momentos, são eles:

- Administração Patrimonialista;
- Administração Burocrática;
- Administração Gerencial.

De maneira didática, os 3 modelos teóricos de Administração Pública são estudados separadamente de acordo com seu momento histórico, mas o que se percebe é que os 3 tipos se sobrepõem e coexistem na estrutura da Administração Pública atual. Ainda hoje, encontramos traços do modelo patrimonialista e burocrático.

ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIALISTA

Mesmo de forma desorganizada, o 1º modelo de administração do estado foi o patrimonialismo. Vigorou como modelo predominante desde o tempo do Brasil colônia até a República Velha (até 1930). Nele não existia a divisão entre os bens públicos e os bens privados, tudo era considerado como “propriedade” do soberano, o qual usufruía livremente dos bens sem nenhuma necessidade de prestação de contas para sociedade.

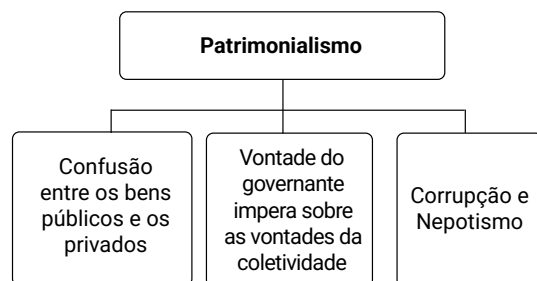
Conforme Bresser Pereira (2011), um dos maiores especialistas em Administração Pública, “o patrimonialismo significa a incapacidade ou a relutância de o Príncipe distinguir entre o patrimônio público e os seus bens privados”.

Portanto a confusão entre os bens públicos e bens particulares é uma das mais conhecidas características do modelo de gestão patrimonialista.

O Estado era tido como uma extensão do patrimônio do soberano, e os cargos da administração pública eram todos de livre nomeação, cabendo ao soberano a escolha entre os parentes diretos e demais amigos da família, baseados nos critérios de personalidade, favoritismo, parentesco e lealdade.

Diante disso, a prática da corrupção e do nepotismo foram traços marcantes desse período. Consequentemente, o foco das ações não era atender as necessidades da coletividade, e sim “tirar” proveito para si e para as vontades do soberano.

A cultura predominante nessa época era a patriarcal e o paternalismo, nos quais os “amigos do rei” sempre encontravam uma “boquinha” para se lambuzar dos recursos do estado.



RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

CONJUNTOS NUMÉRICOS E OPERAÇÕES COM CONJUNTOS

OPERAÇÕES, PROPRIEDADES E APLICAÇÕES: SOMA, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO E DIVISÃO

Números Naturais

Os números construídos com os algarismos de 0 a 9 são chamados de naturais. O símbolo desse conjunto é a letra **N**, e podemos escrever os seus elementos entre chaves:

$$N = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, \dots\}$$

As reticências indicam que esse conjunto tem infinitos números naturais.

O zero não é um número natural propriamente dito, pois não é um número de “contagem natural”. Por isso, utiliza-se o símbolo **N*** para designar os números naturais positivos, isto é, excluindo o zero. Veja: $N^* = \{1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, \dots\}$.

Dica

O símbolo do conjunto dos **números naturais** é a **letra N**. Além disso, podemos encontrar o **símbolo N***, que representa os **números naturais positivos**, isto é, **excluindo o zero**.

Conceitos básicos relacionados aos números naturais:

- **Sucessor:** é o próximo número natural. Ou seja, o sucessor do número “n” é o número “n+1”.
 - **Exemplo:** o sucessor de 4 é 5, e o sucessor de 51 é 52.
- **Antecessor:** é o número natural anterior. Ou seja, o antecessor do número “n” é o número “n-1”.
 - **Exemplo:** o antecessor de 8 é 7, e o antecessor de 77 é 76.
- **Números consecutivos:** são números em sequência. Assim, (n - 1, n e n+1) são números consecutivos.
 - **Exemplo:** 5, 6, 7 são números consecutivos, enquanto 10, 9, 11 não são.

- **Números naturais pares:** são aqueles que, quando divididos por 2, não deixam resto. Por isso, o zero também é considerado par. Assim, todos os números que terminam em 0, 2, 4, 6 ou 8 são pares;
- **Números naturais ímpares:** quando divididos por 2, deixam resto 1. Todos os números que terminam em 1, 3, 5, 7 ou 9 são ímpares.

Atenção! A soma ou subtração de dois números pares tem resultado par.

- Ex.: $12 + 8 = 20$; $12 - 8 = 4$.

A soma ou subtração de dois números ímpares tem resultado par.

- Ex.: $13 + 7 = 20$; $13 - 7 = 6$.

A soma ou subtração de um número par com outro ímpar tem resultado ímpar.

- Ex.: $14 + 5 = 19$; $14 - 5 = 9$.

A multiplicação de números pares tem resultado par.

- Ex.: $8 \cdot 6 = 48$.

A multiplicação de números ímpares tem resultado ímpar.

- Ex.: $3 \cdot 7 = 21$.

A multiplicação de um número par por um número ímpar tem resultado par.

- Ex.: $4 \cdot 5 = 20$.

NÚMEROS INTEIROS

Os números inteiros são os números naturais — incluindo o zero — e seus respectivos opostos (negativos). Veja:

$$Z = \{\dots -7, -6, -5, -4, -3, -2, -1, 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, \dots\}$$

O símbolo desse conjunto é a letra **Z**. Uma coisa importante é saber que todos os números naturais são inteiros, mas nem todos os números inteiros são naturais. Podemos representar os números inteiros por meio de diagramas e afirmar que o conjunto de números naturais está contido no conjunto de números inteiros, ou que **N** é um subconjunto de **Z**. Observe:

